



Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH)

Representações da ditadura militar: uma análise da Folha de S. Paulo e do
Estadão de 2011 a 2018

Rebeca Righetti Ramos
Orientador: Prof. Dr. Rogerio Schlegel

Guarulhos, 2021

Rebeca Righetti Ramos.

**Representações da ditadura militar: uma
análise da Folha de S. Paulo e do
Estadão de 2011 a 2018.**

Orientador: Prof. Dr. Rogerio Schlegel.

Guarulhos, 2021.

Para Roseli, em memória de
Regina e Valmir e de todos os
mortos pelas mãos do Estado.

Agradecimentos

Seria impossível realizar este trabalho sem meu professor orientador Rogerio Schlegel, de quem foi a ideia inicial da pesquisa, e sem a instituição em que passei a maior parte do tempo de minha juventude, a Universidade Federal de São Paulo. Devo agradecer ao apoio pedagógico e às lutas do movimento estudantil pelos tempos de bolsa auxílio e restaurante universitário que garantiram minha permanência na universidade. Agradeço também, especialmente, à Cia. do Caminho Velho e ao Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Unifesp e a todos os envolvidos nesses projetos, por me possibilitarem atividades de extensão as quais me engrandeceram como ser humano, além de convivências que levarei na memória para a vida toda, tão grande a sabedoria que me agregaram. Ainda no campo institucional, devo agradecer ao professor Bruno Fuser, que me deu boas dicas de leitura na Unidade Curricular oferecida por ele, e a todo o corpo docente, que me acolheu como aluna saída de escola pública em uma das maiores Universidades do Brasil.

Dedico aqui um espaço para agradecer aos meus familiares: Minha mãe Roberta Righetti; minha avó Roseli Guaglione Righetti; minha irmã Raíssa Righetti Ramos; meu cunhado Felipe Repiso Revolta; minha nonna Carolina Carli Guaglione, que faleceu no ano em que eu ingressei na Universidade, mas ajudou a construir minha trajetória acadêmica; ao marido de minha mãe Marcelo Kamite. Agradeço também ao meu pai Robson de Oliveira Ramos e aos seus irmãos: Tio Roniel e Tio Nemerson, que sempre me deram apoio moral sobre meu curso, minhas condições e minhas escolhas. Devo também um agradecimento especial à minha grande amiga Jéssica Zampieri, por todas as conversas e ideias trocadas ao longo dessa década de amizade, sem elas talvez não teria escolhido o curso de Ciências Sociais e nem teria prestado tanta atenção nas pequenas coisas mais importantes do mundo.

Agradeço a todos os trabalhadores da Unifesp, aos companheiros de luta nas ocupações de 2016 e a todo o corpo estudantil, em especial, Raphael Gomes, que me deu forças em praticamente todo o processo de pesquisa, além de Carolina Salustiano, Mayara Ortega, Felipe Figueiredo, Fernanda Mota,

Danilo Dias, Rai de Araújo, entre tantas outras pessoas que alegraram meus dias e me permitiram chegar bem melhor até aqui.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso analisa as mudanças nos conteúdos e no discurso das grandes mídias a respeito da Ditadura civil-militar no Brasil. O objetivo principal da pesquisa é compreender como o pensamento hegemônico age conforme as movimentações políticas nas grandes mídias, no sentido de alterá-las e também ser alterado. Para isso, é feito o levantamento e análise de publicações de dois jornais da grande imprensa: Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo. As publicações selecionadas foram feitas nos aniversários do Golpe de 1964, nos anos de 2011 a 2018.

Palavras-chave: Discurso; hegemonia; mídia; Ditadura; política;

Sumário

1. Introdução	p.07
2. Desenvolvimento	
2.1 Representações da mídia hegemônica de 2011 a 2014.	p.13
2.2 O acontecimento da Comissão Nacional da Verdade.	p.24
2.3 Representações das mídias hegemônicas de 2015 a 2018.	p.27
2.4 A crise política e a mídia.	p.29
3. Conclusão	p.40
4. Referências	
Bibliográficas	p.42

Índices de tabelas:

Tabelas 1 e 2	p.14
Tabela 3	p.18
Tabela 4	p.18
Tabela 5	p.20
Tabela 6	p.21
Tabela 7	p.24
Tabela 8	p.28
Tabela 9	p.29

1. INTRODUÇÃO

Ao indagar-nos sobre como a atuação da mídia pode influenciar no cenário político, devemos refletir antes sobre a posição social da mídia como um todo. A reflexão aqui proposta visa partir de bases materialistas, históricas e dialéticas de compreensão do mundo, abrindo espaço para pensar sobre a relação modo de produção-modo de vida conforme Gramsci e compreender um pouco melhor o que chamamos de hegemonia da mídia.

Stuart Hall aponta uma linha paralela entre os escritos sobre Circulação de mercadoria que aparecem em O Capital e os Grundrisse de Marx e a comunicação e, a partir dela, podemos compreender que o processo comunicativo se dá através de um circuito dividido principalmente em três momentos: o momento da produção ou codificação do discurso, o qual depende dos instrumentos ou meios materiais, além das relações sociais ou de produção e da combinação e da organização de práticas sociais nas quais o mesmo é desenvolvido; o segundo momento é dado pela circulação e massa desse próprio discurso ou código; por fim, o terceiro momento acontece através do consumo desse discurso que deve passar por sua apreensão e tradução em práticas sociais, ou decodificação, para uma real consumação do mesmo (Hall, 2013).

Qualquer mensagem passa uma narrativa que não é construída arbitrariamente, mas é resultado de uma série de normas das quais a linguagem faz uso para comunicar. É icônica a passagem de Hall que aponta como em um filme “o cachorro pode latir, mas não pode morder” (Hall, 2013, p.370). Isso implica dizer que tais mensagens não cumprem papel substituto de uma realidade concreta, mas são uma forma de olhar para a mesma. A visão transmitida por determinada mensagem é dada através da observação particular de um momento histórico e transmitida mediante posições sociais estabelecidas entre emissor e receptor. Para que determinada mensagem tenha um significado, é necessário que aquele que a codifica e aquele que a decodifica tenham uma ligação que pode ser de semelhança ou complementaridade, ainda que possivelmente assimétrica, entre referências de conhecimento (Hall, 2013). Toda mensagem decodificada é formada por uma cultura que imprime determinados discursos e, ao mesmo tempo, essa mensagem é capaz

de alterar substancialmente elementos da cultura em que é posta. Os códigos captados são aqueles os quais vão ao encontro com o senso comum de quem os decodifica, são também elementos de mudança e reafirmação de maneiras de pensar e, finalmente, na decodificação, de maneiras de agir. Segundo Hall:

Antes que essa mensagem possa ter efeito; (qualquer que seja sua definição) satisfaça uma necessidade; ou tenha um uso, deve primeiro ser apropriada como um discurso significativo e ser significativamente decodificada. É esse conjunto de significados decodificados que tem um efeito influencia, entretém, instrui ou persuade, com conseqüências perceptivas, cognitivas, emocionais, ideológicas ou comportamentais muito complexas. Em um momento determinado, a estrutura emprega um código e produz uma mensagem; em outro momento determinado, a mensagem desemboca na estrutura das práticas sociais pela via de sua decodificação. (Hall, 2013, p.368)

Conforme a Teoria da Recepção, os códigos emitidos pelos meios de comunicação de massa são parte de uma cultura hegemônica e também influenciam a mesma por possuírem os meios de produção da mensagem (Hall, 2013). O emissor possui uma posição hegemônica dominante, já que possui os meios de comunicação e atua na codificação da mensagem que será passada. É importante diferenciar de maneira explícita que a condição do meio de comunicação é de dominação do processo de comunicação e não de determinação do mesmo, uma vez que o receptor da mensagem possui a capacidade de assumir uma posição contrária à da codificação, conforme as ideias e vivências culturais/sociais que possui (Hall, 2013). Dessa forma, pode-se afirmar que o discurso da mídia hegemônica é ao mesmo tempo propositor e denunciador dos contextos políticos e sociais nos quais é produzido.

As representações hegemônicas sobre a história podem mudar conforme as alterações dialéticas nas condições políticas, materiais e ideológicas de uma determinada sociedade, refletindo nos códigos produzidos pelos representantes dos grandes meios de comunicação. Dessa forma, a compreensão das mudanças de representações sobre o passado é elemento denunciador do presente.

Ao produzir uma análise materialista a respeito da cultura, Raymond Williams aponta a ideia da disseminação da ideologia burguesa como forma auxiliadora do mantimento da dominação de classes, conforme o pensamento marxista. O autor discute sobre as noções marxianas de base e superestrutura e as contrapõe a

argumentos que propõem, em desacordo, uma totalidade social onde diversos atores estariam em competição. Para o autor, ainda que modificada, a ideia de superestrutura mantém-se relevante por ter em vista a dominação de uma determinada classe no capitalismo, a qual sempre esteve no poder em detrimento do restante das sociedades nesse modo de produção (Williams, 2011).

“Pois embora seja verdade que qualquer sociedade é um todo complexo de tais práticas [diversas e contemporâneas], também é verdade que toda sociedade tem uma organização e uma estrutura específicas, e que os princípios dessa organização e estrutura podem ser vistos como diretamente relacionados a certas intenções sociais pelas quais definimos a sociedade, intenções que, em toda a nossa experiência, têm sido regidas por uma classe particular.” (Williams, 2011, p.50)

Se o poder hegemônico, para Gramsci, se dá através do consentimento e do uso dos aparatos de coerção, Williams aponta de maneira coerente a hegemonia como um conceito capaz de compreender a atuação de “algo total” que apreende o senso comum de uma sociedade, para além da utilização dos conceitos de superestrutura ou o de ideologia num “sentido fraco”. Ao mesmo tempo, a hegemonia é capaz de não colocá-los como fruto imediato de uma manipulação. Para Williams, se o senso comum fosse totalmente manipulável, seria muito mais facilmente modificável, mas é mais complexo e profundo do que isso. O conceito de hegemonia expõe a realidade da dominação de classes sem reduzir a possibilidade de mudança ou complexidade do pensamento comum (Williams, 2011).

Além disso, o autor expõe a ideia de que o pensamento hegemônico é mais seletivo do que uma ideologia imposta. O imaginário social é fruto de uma tradição seletiva, onde elementos históricos são escolhidos por sua relevância, ou não, e interpretados da mesma maneira. Quando pensamos no discurso midiático, pensamos também que alguns temas entram em discussão ao longo do tempo ou não, de acordo com esse imaginário. Da mesma forma, são expostos de maneiras diferentes conforme o que é relevante para o pensamento hegemônico.

Em relação à Ditadura civil-militar, é importante perceber que há hoje diversas linhas que visam explicar o momento do Golpe de 1964 e suas motivações. As principais vertentes de pensamento são as inúmeras vertentes marxistas, as quais tendem a proporcionar uma análise conjuntural e estrutural, normalmente

mencionando aspectos políticos e econômicos; as diversas vertentes da Ciência Política, as quais se baseiam no jogo dentro das instituições do Estado para compreender o golpe; além de novas vertentes as quais buscam compreender as motivações dos próprios militares para liderarem o golpe (Fico, 2004).

Segundo artigo publicado por Michel Goulart da Silva, em 2012, a historiografia publicada a respeito do olhar dos militares sobre o golpe aponta os argumentos de que os mesmos o teriam promovido para conter uma instabilidade política causada por uma ameaça de ditadura comunista a qual estariam rondando o país. Além disso, rebatem a ideia de que a Ditadura teria entregue o país às mãos das grandes potências mundiais com o argumento de que durante a ditadura houve um crescimento econômico significativo. Porém, segundo o autor, esses argumentos são ferramentas de memória que garantem apenas a conservação do mesmo sistema que a Ditadura se esforçou para manter.

A partir do conceito de hegemonia e conforme bibliografia que faz uso da análise de conteúdo de jornais para compreender temas sobre a Ditadura, é possível traçar um breve panorama histórico das representações e memória da grande imprensa sobre o tema, observando momento do golpe e a diferença entre suas publicações para com o momento de intensificação da repressão e do ataque aos direitos fundamentais do AI-5, além do processo de redemocratização e o olhar da imprensa pós Ditadura e anterior à CNV (Comissão Nacional da Verdade) e avanço da direita.

Ao adentrar nas publicações, podemos enunciar que os veículos Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo possuem editoriais de cunho historicamente liberais (Biroli, 2009; Napolitano, 2017) e acabam por apoiar certo autoritarismo em momentos de crise que coloquem em perigo a ordem vigente (Napolitano, 2017). Enquanto o FSP apresenta uma volatilidade ideológica e acaba por ceder às mudanças da classe média, o OESP exala um liberalismo positivista defensor declarado da propriedade privada (Fonseca, 2005; Napolitano, 2007).

Tanto a FSP quanto o OESP apoiaram o golpe militar de 1964 (Biroli, 2009; Motta, 2015; Napolitano 2017). O discurso anticomunista era comum entre os militares e o Estadão no ano do golpe (Motta, 2015) e, de maneira geral, todos os maiores veículos apoiavam o senso comum conservador de defesa da democracia através da intervenção militar.

Quatro anos depois, foi aprovado o Ato Institucional número 5 que, entre outras coisas, revogou mandatos parlamentares de oposição e institucionalizou a prática da tortura contra presos políticos. Devido ao aumento da repressão e da censura, parte da grande imprensa, incluindo o FSP e o OESP, mudaram o discurso a respeito do governo militar. Segundo Napolitano, os “anos de chumbo” (1969-1973) impuseram aos liberais a visão clara e nítida de uma ditadura consolidada, ainda que eventualmente justificável pelas ameaças à ordem dos “radicais”, agora vindos da esquerda armada. Os editoriais, de maneira camuflada e enviesada, floreada de eufemismos, apontam para uma clara percepção da natureza violenta do regime, potencializada pela falta de um modelo político institucional, produto do esfacelamento das decantadas intenções “democráticas” de 1964. Ao mesmo tempo, é patente o entusiasmo com o ritmo de crescimento da economia (Napolitano, 2017, P. 354).

Segundo Motta, o OESP passou de um discurso anticomunista em 1964 para um discurso antiautoritário e em defesa da democracia em 1968. É importante também explicitar que, segundo o autor, o OESP criticou a luta armada no período que antecedeu o AI-5, mas era contra a medida, uma vez que julgava desnecessária pois o Estado já continha os recursos que precisava para combatê-la.

A Folha de São Paulo passou a ganhar maior visibilidade a partir dos anos 70, durante o período de abertura da Ditadura. Dentre os jornais liberais da grande imprensa, o FSP era um dos mais moderados em relação aos militares. Conforme Napolitano:

“O protagonismo da sociedade civil na luta por redemocratização parecia colocar em xeque o discurso da moderação e da adesão em primeira e última instância, ainda que crítica, à autoridade do governo militar. Não por acaso, o jornal que mais conseguiu captar o novo espírito de oposição na sociedade e nas foi a FSP. A Folha, que nunca foi um jornal preso a doutrinas ideológicas muito rígidas, em nome mesmo de sua natureza liberal, consagrou-se como o jornal da oposição democrática, espelhando-se na atuação do El País na Espanha franquista em transição para a democracia.” (Napolitano, 2017, p. 359)

O FSP aderiu ao Diretas Já!, movimento massivo pelo fim da ditadura e direito a eleger diretamente o Presidente da República que aconteceu de 1983 a 1984. Porém, é importante salientar que essa adesão só ocorreu quando o movimento já possuía caráter civil e numérico (Napolitano, 2017, p.350).

Ao analisar as representações da grande mídia após a saída dos militares do poder, Flávia Biroli aponta para uma comum defesa da liberdade de expressão e

informação dos grandes veículos liberais em relação à Ditadura. Em entrevista com Otávio Frias Filho, diretor de redação do FSP, Biroli obtém:

Durante o período inicial, o regime militar teve apoio de praticamente toda a mídia. Seguiu-se um período intermediário, que coincidiu com o endurecimento do regime, em que algumas publicações, entre elas O Estado de S. Paulo, tiveram uma atitude de resistência. A Folha não tinha condições de levar adiante uma resistência desse tipo, mas teve uma participação realmente importante no terceiro período do regime militar, a partir do final do governo Médici e início do governo Geisel, quando o jornal contribuiu muito para a redemocratização. (Biroli, 2009, p. 284)

De maneira geral, o discurso dos grandes veículos liberais no período de estudo de Biroli que vai até 2004 apresenta a sensação de que não existe mais censura, de que há liberdade de imprensa porque vivemos em um período democrático. Dessa forma, com um momento político muito diferente da análise supracitada, ainda que os códigos elaborados pelo FSP e pelo OESP continuem semelhantes com o passar dos anos, isso por si só já é capaz de nos trazer respostas interessantes.

Mais de uma década após o recorte temporal do estudo de Biroli (2009), ainda sob um período democrático, novas questões dentro do jogo político e do pensamento hegemônico suscitam a temática da Ditadura, sendo como forma de resgate da memória e compensação histórica da verdade, ou mesmo como negacionismo de uma direita que ganha um espaço maior entre os discursos veiculados nos debates sobre o tema em meio a uma crise política que leva o Brasil a depor sua primeira presidenta, mulher, guerrilheira dos tempos de chumbo, e, dois anos depois, eleger um presidente claramente saudoso do regime.

São as mudanças de paradigmas nos discursos a respeito da ditadura militar o objeto que esta monografia propõe abordar sem, de maneira nenhuma, ter em vista o esgotamento do tema, partindo de um recorte bem selecionado dos editais dos jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo: os aniversários do golpe militar de 1964 no Brasil, de 2011 a 2018.

2. A análise

2.1 Representações da mídia hegemônica de 2011 a 2014

Para melhor compreensão do discurso hegemônico das grandes mídias a respeito da ditadura civil-militar, no contexto da crise política que abalou o Brasil na última década, foram selecionadas publicações de dois dos maiores veículos de informação de São Paulo: os jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. Como forma de recorte, foram analisados todas as reportagens e colunas publicadas entre as datas de aniversário do golpe de 1964 (31/03 e 01/04), nos anos de 2011 a 2018, partindo da compreensão de que as datas históricas levariam à publicação de um maior e mais diversificado número de comentários a respeito do tema pesquisado, por meio desses veículos.

Duas características das publicações são imprescindíveis para a análise: a quantidade de resultados para a palavra “ditadura” em cada ano, possibilitando perceber a relevância do assunto para a organização de conteúdo das mídias hegemônicas selecionadas; e a repetição de termos em cada período, possibilitando explicitar o discurso codificado por essas mediações, uma vez que cada termo em sua idiossincrasia é apropriado por singulares grupos em disputa de uma memória que é também política. Sendo assim, uma análise consistente de conteúdo e de discurso, através dos termos aqui selecionados, necessita de contextualização dos movimentos de disputa e argumentação dos elementos do jogo político em vigência na última década.

As publicações e palavras-chave foram divididas em valência negativa, positiva e neutra, no sentido de que provocam uma maior ou menor atração ao leitor, mesmo que essa atração seja inconsciente, através da utilização de termos os quais os aproximam ou afastam aquele que as lê do tema tratado. No caso específico do tema “ditadura”, separam-se conteúdos e discursos que provocam uma aceitação ou rejeição maiores dos atos praticados por ela ou, posteriormente, em relação à ideia do que seria a mesma.

Tabelas 1 e 2: Publicações dos jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo em aniversários do golpe de 1964 por valências negativa, neutra e positiva (2011-2018).

FSP	Valência Negativa	Valência Neutra	Valência Positiva
2011	4	0	0
2012	2	0	3
2013	4	4	0
2014	37	1	0
2015	9	0	1
2016	6	1	0
2017	4	0	0
2018	3	0	0

OESP	Valência Negativa	Valência Neutra	Valência Positiva
2011	6	0	1
2012	7	1	2
2013	8	1	0
2014	65	0	1
2015	5	0	1
2016	3	0	0
2017	1	0	0
2018	2	2	0

Fonte: Elaboração da autora.

As tabelas 1 e 2, revelam a quantidade de publicações a respeito da ditadura feitas pelos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, entre os anos de 2011 e 2018, sem repetições. Os dados foram obtidos através da pesquisa da palavra “ditadura” no campo “busca” dos sites <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/> e <https://www.estadao.com.br/>, com seleções das datas supracitadas de maneira personalizada, excluindo apenas publicações repetidas.

O ano de 2011 agrupa 4 publicações de valência negativa da FSP. A primeira delas trata-se de uma determinação de parte do então Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a qual “facilita” o acesso ao Arquivo Nacional, possibilitando uma melhor verificação dos fatos ocorridos com os presos durante a Ditadura, tendo ele também se colocado a favor do acontecimento de uma Comissão Nacional da Verdade no Brasil, a qual seria a última a ocorrer em países da América Latina que passaram por esse regime.

Outras duas publicações da FSP em 2011 envolvem o sobrenome Gil: um caso de racismo do então Deputado Federal Jair Bolsonaro, conhecidamente a favor da ditadura, em que pede-se a averiguação do crime cometido em uma declaração sobre a impossibilidade de algum de seus filhos namorarem a cantora Preta Gil, pelo fato de a mesma ser uma mulher negra, ato que foi chamado por Bolsonaro de “promiscuidade”; em outra reportagem, com tema musical, Gilberto Gil diz que pretende fazer músicas mais intimistas, ao ser reconhecido como um músico declaradamente contra a Ditadura e membro do movimento tropicalista, que sofreu várias formas de censura pelos militares. A terceira reportagem fala brevemente sobre um ex-líder da repressão contra a Guerrilha do Araguaia o qual havia sido solto na madrugada anterior, após ter sido preso por porte ilegal de armas.

As publicações foram consideradas como portadores de conteúdo de valência negativa por conta da disparidade entre os elementos presentes a favor e contra a ditadura: de um lado, Ministros em busca da averiguação dos fatos e artistas reconhecidos internacionalmente por seus trabalhos qualificados e combativos. De outro lado, são apresentados nomes de militares acusados de crime de racismo e porte ilegal de armas. Essa disparidade, a princípio, é elemento de afastamento do leitor da defesa da memória da ditadura como algo positivo, enquadrando-a ao pensamento hegemônico como algo negativo.

Quando, em comparação, passamos para a análise das 6 publicações de valência negativa do OESP, destaca-se, no ano de 2011, ainda mais a questão do crime de racismo cometido por Bolsonaro, com três reportagens sobre o tema, entrevistas de autoridades pertinentes ao tema do racismo, as quais se posicionam claramente sobre a existência de um crime na declaração do Deputado. As outras publicações reforçam os pedidos por maior averiguação dos fatos e clareza por parte do Estado democrático em relação às violações do regime militar.

A única reportagem de valência positiva para esse ano trata-se de uma declaração dos filhos de Jair Bolsonaro, defendendo o pai que, segundo eles, estaria apenas dizendo o que a maioria das pessoas pensam ao ser racista e apresentando declarações repletas de diversos preconceitos. A expressão “maioria” ao falar sobre os pensamentos e declarações de Bolsonaro é um tema a ser refletido posteriormente com maior dedicação.

Com a Comissão Nacional em curso, as publicações dos anos de 2012 cresceram de número na FSP e no OESP, dividindo de maneira menos contrastante

valência negativa e positiva. Se, ao todo, tivemos apenas uma publicação de valência positiva em 2011, em 2012 tivemos cinco, contando com os dois jornais. As reações dos militares da reserva sobre a CNV estão longe de colocar-se à disposição da sociedade em termos de reaver os crimes cometidos, ao invés de um movimento por restauração histórica, é compreendida como um movimento por “vingança” ou “revanche”.

Não somente os militares reagem ao debate sobre o tema da Ditadura, abordado pela CNV, outras publicações de valência positiva dão espaço para opiniões de leitores que preferem lembrar o regime militar como possibilitador do desenvolvimento econômico e da ordem no país. O espaço para saudosos do regime parece abrir no pensamento hegemônico. O deputado Jair Bolsonaro é novamente citado, tendo declarado-se “arrepido” com a comemoração do golpe pelos militares.

Fora notícias sobre manifestações lembrando o fim da Ditadura e as mudanças no trânsito, dois temas se destacam entre as publicações de valência negativa: o debate sobre a possibilidade de revisão da lei da anistia, que permitiu a presos e exilados políticos se verem livres de suas penas, mas também impediu o julgamento e punições legais dos militares criminosos. O outro tema é a investigação da morte de Vladimir Herzog pela CNV, mostrando o apoio do instituto que leva o sobrenome do jornalista para que a averiguação aconteça.

Em 2013, ainda sob o acontecimento da Comissão Nacional da Verdade, o número de publicações com a palavra “Ditadura” continua a crescer. No total, entre FSP e OESP, valências positiva, negativa e neutra, são 17 publicações. Os temas principais das publicações são o acontecimento de manifestações a respeito do golpe de 1964, a abertura e digitalização do arquivo do DEOPS para averiguação em São Paulo e uma petição contra Marin, o então presidente da Confederação Brasileira de Futebol comprovadamente ligado à ditadura, entregue pelo filho de Herzog, junto ao ídolo do futebol Romário.

Dentre as publicações de valência negativa para a ditadura, as reportagens sobre a petição contra Marin, eventos culturais e manifestações que resgatam a memória do golpe foram os conteúdos mais frequentes em 2013. O ano é marcado também por um maior número de reportagens classificadas em valência neutra por dois motivos: a abertura dos arquivos do DEOPS foi divulgada com a presença de Ricardo Salles, assessor do então governador Geraldo Alckmin, declaradamente defensor da Ditadura e nome importante para movimentos “de direita”, mas também

com a presença do ex-presidente da UNE José Serra, que coloca a Ditadura em termos mais críticos em suas declarações; o segundo motivo é que as comemorações dos militares foram descritas juntamente aos protestos que ocorreram por conta das mesmas. Dessa forma, publicações que poderiam ser considerados de valência positiva foram considerados de conteúdo de valência neutra, por conta da presença de declarações e termos favoráveis e não favoráveis à Ditadura.

Juntamente à análise do conteúdo dos jornais A Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, cabe aqui também fazer uma análise dos discursos presentes nessas publicações. As tabelas 3 e 4 estão organizadas por número de repetições de palavras que mostram as palavras mais citadas nas publicações de 2011 a 2013, divididas entre as valências positiva, negativa e neutra, como supracitado. Os dados das tabelas com as palavras-chave dessa pesquisa foram obtidos através da reprodução dos textos integrais de cada publicação em calculadora de palavras, tendo como resultado o número de repetições por cada ano ou períodos selecionados. Artigos, pronomes e preposições foram ignorados, dando maior espaço para substantivos, adjetivos e verbos diretamente relacionados à temática da Ditadura. As repetições de palavras-chave nos permitem compreender melhor em quais termos é compreendida a ditadura civil-militar por parte da mídia hegemônica e, dessa forma, entender melhor os termos utilizados pelos elementos de disputa política estabelecidos na última década.

Tabela 3: Palavras mais citadas pelo FSP em resultados de busca por "ditadura" nos aniversários do golpe de 1964 por valência negativa, neutra e positiva (2011-2013).

FSP	VALÊNCIA NEGATIVA		VALÊNCIA NEUTRA		VALÊNCIA POSITIVA		TOTAL	
	PALAVRA	REPETIÇÕES	PALAVRA	REPETIÇÕES	PALAVRA	REPETIÇÕES	PALAVRA	REPETIÇÕES
Período de 2011 a 2013	ditadura	18	militar	13	1964 (64)	10	ditadura	34
	música	18	comissão	9	golpe	9	comissão	29
	militar	17	ditadura	9	comissão	9	verdade	28
	anos	17	governo	8	rio	9	governo	23
	verdade	14	verdade	6	uma	9	anos	22
	contra	11	alckmin	6	militar	8	brasil	19
	federal	11	militares	5	verdade	8	contra	18
	governo	11	serra	5	ditadura	7	música	18
	história	11	opções	4	brasil	7	rio	17
	cbf	11	contra	4	militares	6	durante	17
	comissão	11	anos	4	reserva	6	militares	16
	brasileira	11	sobre	4	governo	4	brasileira	14
	brasil	10	crimes	4	coronel	4	herzog	13
	justiça	10	cometidos	4	tortura	4	dilma	13
	ainda	10	presidente	4	grupo	3	opções	13
	depois	10	estado	4	lembrar	3	presidente	13
	herzog	10	milhões	4	março	3	gil	13
	ministro	10	petrobras	4	'caolha'	3	marin	13
bolsonaro	10	leitora	4	filho	3	golpe	12	
dilma	9	manifestantes	3	médici	3	federal	12	

Fonte: Elaboração da autora.

Tabela 4: Palavras mais citadas pelo OESP em resultados de busca por "ditadura" nos aniversários do golpe de 1964 por valência negativa, neutra e positiva (2011-2013).

OESP	VALÊNCIA NEGATIVA		VALÊNCIA NEUTRA		VALÊNCIA POSITIVA		TOTAL	
	PALAVRA	REPETIÇÕES	PALAVRA	REPETIÇÕES	PALAVRA	REPETIÇÕES	PALAVRA	REPETIÇÕES
Período de 2011 a 2013	bolsonaro	21	salles	8	brasil	20	brasil	39
	ditadura	19	ditadura	6	governo	20	ditadura	35
	direitos	17	lado	6	lula	20	país	32
	contra	16	militar	6	pt	19	lei	28
	país	16	milhão	5	futebol	17	governo	26
	rua	16	uma	5	lei	17	contra	25
	brasil	15	alckmin	5	copa	17	bolsonaro	24
	humanos	14	estado	4	país	16	estado	21
	decisão	13	brasil	4	ministério	16	lula	21
	estado	13	militares	4	estádios	12	hoje	20
	pessoas	13	governador	4	médici	11	direitos	19
	deputado	11	crimes	4	campanha	11	decisão	19
	abril	11	golpe	4	mundo	11	pt	19
	comissão	11	demóstenes	3	torcedores	11	comissão	18
	caso	11	dops	3	ditadura	10	ministério	17
	jornalista	11	secretário	3	justiça	10	políticos	17
	waters	11	comissão	3	milhões	9	verdade	17

Fonte: Elaboração da autora.

Foram escolhidas 7 palavras-chave para a análise, retiradas da tabela com os números da FSP, de 2011 a 2013, já que estas podem ser claramente ligadas aos comentários sobre os conteúdos das publicações desses, os quais foram abordados mais acima neste texto. São elas: Ditadura, comissão, verdade, governo, golpe, Rio e militares.

Nas publicações da FSP e do OESP, nos aniversários do golpe de 1964 de 2011, 2012 e 2013, as palavras “comissão” e “verdade” foram repetidas 18 e 17 vezes, respectivamente, em publicações de quaisquer valências. Tal resultado vai ao encontro com a afirmação de que o conteúdo das publicações desse período estava, em grande maioria, voltado para o debate promovido pelo acontecimento da Comissão Nacional da Verdade no país, seja dentre aquelas que a exaltam ou a depreciam.

Palavras como “ditadura” e “golpe” se opõem claramente a narrativas de valências positivas sobre a ditadura civil-militar. Não é pouco comum nas declarações dos militares entrevistados que, no lugar dos dois termos, sejam ditas palavras como “regime” e “revolução”, tal o histórico de reprodução das mídias hegemônicas durante a ditadura, já comentado através de revisão bibliográfica no presente texto, em que coloca-se o golpe militar como uma revolução em defesa da “democracia” em meio a uma suposta ameaça comunista, tanto na FSP quanto no OESP. A presença dos termos “ditadura” e “golpe”, mesmo nas publicações de valência positiva, demonstra o uso constante de um léxico democrático por parte dos redatores da FSP, ainda que o revisionismo histórico esteja dentro do vocabulário e declarações dos militares reformados ou de defensores da ditadura no geral.

As palavras “Rio” e “militares” foram repetidas 17 e 16 vezes, sendo 9 e 8 delas, respectivamente, citadas nas publicações de valência positiva desses 3 anos. Tais dados devem ser ligados às afirmações da análise do conteúdo que apontam as comemorações dos militares reformados no Rio por conta dos aniversários do golpe de 1964. A palavra “governo”, repetida 23 vezes ao todo, é compreensível pelos conteúdos repetidamente publicados em relação à abertura do arquivo do DEOPS.

Para o jornal O Estado de São Paulo, as palavras “ditadura, governo, comissão, verdade” também são destacáveis pelas razões supracitadas. Mas, cabe nestes dados destacar a presença dos nomes “Bolsonaro”, escrito 21 vezes em publicações de valência negativa para ditadura, e “Lula”, citado 20 vezes em publicações de valência positiva, seguido por 19 repetições da sigla PT. Através

desses dados é possível apontar características relevantes das publicações de valência positiva e negativa. Enquanto as publicações de valência negativa apontam as declarações e atitudes a favor da Ditadura de Bolsonaro como incabíveis para o processo democrático em grande parte dos editais desse período, os defensores da Ditadura julgam Lula e o PT como o real problema do país nas publicações de valência positiva.

Tabela 5: Palavras mais citadas pelo FSP em resultados de busca por "ditadura" nos aniversários do golpe de 1964 por valência negativa, neutra e positiva (2014).

FSP	VALÊNCIA NEGATIVA		VALÊNCIA NEUTRA		VALÊNCIA POSITIVA		TOTAL	
	PALAVRA	REPETIÇÕES	PALAVRA	REPETIÇÕES	PALAVRA	REPETIÇÕES	PALAVRA	REPETIÇÕES
2014	ditadura	73	anos	4	ditadura	9	ditadura	86
	são	71	golpe	4	policiais	8	são	77
	paulo	49	época	4	professor	8	paulo	56
	militar	48	apoio	4	sala	7	militar	54
	anos	42	ditadura	4	alunos	6	anos	48
	hoje	32	1964	3	gualazzi	6	hoje	38
	rio	31	folha	3	aula	6	golpe	35
	golpe	30	governo	3	vítimas	5	contra	32
	manifestantes	29	são	3	carandiru	4	rio	31
	contra	28	paulo	3	defesa	4	manifestantes	30
	lei	27	50	2	paulo	4	lei	27
	comissão	27	militar	2	opções	4	todos	27
	anistia	26	editorial	2	advogado	4	comissão	27
	50	23	"1964"	2	militar	4	50	26
	peessoas	22	faltou	2	contra		opções	26
	durante	22	jornal	2	jurados	4	anistia	26
	verdade	22	ênfase	2	direito	4	época	24
	estado	21	opinião	2	1964	3	peessoas	23
	presidente	21	democracia	2	pms	3	regime	23

Fonte: Elaboração da autora.

Tabela 6: Palavras mais citadas pelo OESP em resultados de busca por "ditadura" nos aniversários do golpe de 1964 por valência negativa, neutra e positiva (2014).

OESP	VALÊNCIA NEGATIVA		VALÊNCIA NEUTRA		VALÊNCIA POSITIVA		TOTAL	
	PALAVRA	REPETIÇÕES	PALAVRA	REPETIÇÕES	PALAVRA	REPETIÇÕES	PALAVRA	REPETIÇÕES
2014	anos	175	-	0	militares	9	anos	181
	paulo	138	-	0	general	8	ditadura	131
	ditadura	129	-	0	pinheiro	8	golpe	120
	golpe	114	-	0	aeronáutica	7	presidente	108
	presidente	101	-	0	centro	7	militar	97
	país	93	-	0	presidente	7	país	93
	militar	92	-	0	clube	7	estado	86
	estado	84	-	0	golpe	6	50	85
	50	81	-	0	anos	6	brasil	80
	brasil	80	-	0	resistência	6	democracia	66
	democracia	66	-	0	comissão	5	31	59
	hoje	55	-	0	militar	5	comissão	59
	comissão	54	-	0	brigadeiro	5	verdade	53
	verdade	51	-	0	ivan	5	março	52
	dilma	50	-	0	frota	5	dilma	51
	março	50	-	0	paulo	5	militares	51
	anistia	49	-	0	50	4	2014	50
	2014	48	-	0	clubes	4	anistia	50
	1964	47	-	0	solene	4	governo	49

Fonte: Elaboração da autora.

As tabelas 5 e 6 nos mostram as palavras mais repetidas em 2014, conforme os recortes já mencionados, os quais foram mantidos para as repetições de palavras em todos os anos da pesquisa. Palavras como “50” “anos” “golpe” e “ditadura” foram escritas centenas de vezes pelas publicações analisadas, dado o peso da data em que foram publicados.

No ano de 2014, são lembrados os 50 anos do golpe de 1964, que instaurou a Ditadura civil-militar. Por esse motivo, os debates sobre o tema foram mais frequentes e as publicações das grandes mídias aumentaram exponencialmente. De 38 publicações da Folha de São Paulo, 37 foram de valência negativa e apenas 1 de valência neutra. No Estadão, de 66 publicações, 65 foram de valência negativa e apenas 1 de valência neutra. Através dessa data com um aniversário “comemorativo” mais redondo, os números mostram uma clara hegemonia do pensamento presente nas grandes mídias no que consiste em classificar a Ditadura civil-militar como passível de julgamento negativo, de uma memória histórica de brutalidades e violações, de golpe, de desalinhamento com as necessidades e vontades do povo, como um passado sombrio que deve estar presente na memória coletiva como algo a nunca mais se repetir.

Se, nesse caso, as publicações das mídias hegemônicas estão de acordo com o imaginário popular, é um questionamento válido. Quando se analisa o conteúdo da

única publicação de valência “neutra” na FSP, a qual consiste em um espaço concedido pelo jornal para a opinião dos leitores, vê-se publicações tanto a favor quanto contra a Ditadura, com a presença de posições que questionam a democracia, por conta de casos de corrupção, e denotam um certo saudosismo pelo regime militar.

Ao analisarmos as esmagadoras publicações de valência negativa dos 50 anos do golpe, vê-se diversas publicações a respeito do acontecimento de protestos em São Paulo e no Rio para lembrar o golpe, os exilados, presos, torturados, mortos, desaparecidos políticos e seus familiares. Menos de um ano após as jornadas de junho e um ano depois das publicações de valência positiva terem dado lugar às publicações de valência neutra por conta da presença de manifestantes nas “comemorações” do golpe, o ato de manifestar-se contra a Ditadura e por democracia marcou presença nas publicações sobre os governos que impediram, durante 20 anos, que isso fosse possível. A única publicação de valência positiva reporta que os militares tiveram de se afastar do centro do Rio para comemorarem o golpe e fugirem dos protestos. A palavra “manifestantes”, repetida 29 vezes em publicações de valência negativa no total, na FSP, juntamente da palavra “contra”, usada pelo jornal 32 vezes no total ajudam a engrossar tal percepção.

Mesmo favoráveis à Ditadura fazem uso da liberdade de expressão e manifestação para colocarem suas ideias. Se a memória negativa sobre o regime militar, por algum motivo, não ocupa exatamente a opinião hegemônica, certos direitos liberais democráticos se mostram claramente interiorizados no modo de vida da população em 2014.

Publicações sobre a CNV também foram reportados em grandes números pelas mídias analisadas, assim como o debate sobre a lei da anistia, a divulgação da criação do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense na Universidade Federal de São Paulo, que analisa hoje 1049 ossadas da vala comum de Perus, com o intuito de devolver aos familiares o paradeiro dos corpos de desaparecidos políticos, com direito também à publicação em mais de um editorial de uma carta da presidenta Dilma, ex-guerrilheira, presa e torturada, sobre a Ditadura. As palavras “lei” e “anistia” são repetidas 27 e 26 vezes na FSP, respectivamente, enquanto as palavras “presidente” e “Dilma” aparecem 108 e 51 vezes nas publicações do OESP em 2014. A palavra “comissão” conta o número de 86 repetições em publicações, somando os dois jornais.

Outras publicações que envolviam protestos, colunas de opinião, exposições e conteúdos artísticos com o assunto ditadura civil-militar marcaram bastante

presença nos números de 2014. Diferindo-se dos anos anteriores, nos 50 anos do golpe, as mídias hegemônicas de SP não se cansaram de falar sobre o tema.

Ainda que a grande maioria das publicações de 2014 possam ser classificadas como de valência negativa, por usarem termos claramente contra a ditadura, isso não significa que certos movimentos políticos contra o acontecimento da CNV e a favor da Ditadura não tenham se manifestado e repercutido, mesmo que negativamente. É o caso, por exemplo, do General José Antônio Nogueira Belham, que comandou o DOI do Rio de Janeiro e se negou a depor na Comissão Rubens Paiva; também do então deputado Jair Bolsonaro, o qual continuou aparecendo em publicações, ganhando eleitorado, conversando com o público “a favor” da Ditadura, supracitado, e, no ano de 2014, atrasando uma sessão na câmara sobre os 50 anos do golpe; além da polícia militar que, sob o comando do governo estadual de SP, agiu de forma violenta contra manifestantes que relembravam as mazelas do golpe.

A tabela 7 mostra que, na totalidade de publicações de 2011 a 2018, as palavras “comissão” e “verdade” também estão entre as mais citadas.

Tabela 7: Palavras mais citadas pelos veículos Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo em resultados de busca por "ditadura", nos aniversários do golpe de 1964 (2011-2018).

	Palavras	Repetições
2011-2018	são	580
	paulo	468
	anos	426
	ditadura	396
	país	296
	brasil	293
	militar	275
	presidente	260
	governo	244
	golpe	237
	estado	207
	contra	205
	dilma	195
	hoje	178
	ainda	176
	br	175
	comissão	170
pessoas	169	
verdade	164	

Fonte: Elaboração da autora.

2.2 O acontecimento da Comissão Nacional da Verdade

Dada a relevância do acontecimento da Comissão Nacional da Verdade nas grandes mídias, a qual pode-se observar através dos dados supracitados, e também do debate a respeito dos acontecimentos durante os anos da Ditadura, os quais foram trazidos à tona durante o período de 2011 a 2014, com declarações a favor e

contrárias à realização da CNV, cabe aqui despender maior atenção ao significado da realização dessa comissão no Brasil.

Quase 30 anos após o fim da ditadura militar e do processo de redemocratização do Brasil, o país finalmente sancionou a Lei nº 12.528/2011, a qual normatiza o acontecimento da Comissão Nacional da Verdade. A comissão teve como objetivo principal o exame e o esclarecimento das graves violações de direitos humanos praticadas no período de 1964 a 1988 (Relatório da CNV: Volume 1, 2014). A criação de uma Comissão da Verdade cumpre necessidades referentes ao direito básico de justificação, além de garantir a estabilidade em regimes democráticos recentes e de contribuir para que uma anistia total não atue como violadora dos direitos humanos (Neves, 2011). Conforme o restabelecimento da democracia e da aprovação da lei da anistia, faz-se necessário no caso brasileiro uma justiça transicional, já que através dos conjuntos de medidas tomadas por esta, “sociedades transformam a si mesmas depois de um período de violação generalizada dos direitos humanos” (BAUER, 2014).

Enquanto iniciativa de “justiça transicional”, a CNV “tem por intuito reconhecer o direito das vítimas e promover a paz” (PINTO, 2010, p. 129), diferenciando-se de um julgamento comum pelo enfoque nos “relatos das vítimas e familiares”, permitindo, a partir das confirmações públicas destas violências sofridas por estes atores históricos, uma espécie de “cura psicológica e um alívio dos traumas causados pela violência das violações” (PINTO, 2010, p.130). Dessa forma, a Comissão Nacional da Verdade tem como objetivo melhor esclarecer um contexto histórico, já que “representa o resgate da história de um país que, em função das características próprias de um período de repressão, possui muitos eventos não esclarecidos.” (PINTO, 2010, p.132)

O acontecimento tardio da Comissão Nacional da Verdade, inaugurada pela presidenta Dilma, em 2011, resulta de um contexto político local favorável, vindo de dois mandatos anteriores do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo Bauer:

“A criação da CNV insere-se em uma conjuntura de mudança qualitativa no panorama internacional da elaboração de políticas de memória ocorrida a partir dos anos 2000. Novas conjunturas políticas na América Latina, somadas a medidas implementadas nas gestões do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e a mudança geracional ocorrida com a passagem do tempo, proporcionaram condições para

que se efetuassem mudanças nos marcos interpretativos do passado traumático da ditadura.” (BAUER, 2014, pág. 6 e 7)

A autora contrapõe pontos interessantes, como a sensação obtida perante a fala de Dilma Rousseff durante a comissão, na qual a presidenta infere sobre o passado de violações cometidas pela ditadura como um passado já superado, perante a dores expressas ainda latentes e “à presença da ausência e a ausência da presença dos desaparecidos políticos” (BAUER, 2014, p.10). Tal contraposição nos leva a pensar na existência de um passado violento que é discursivamente negado e no papel da CNV neste processo de disputa da memória, para que possamos enfrentar o ressoar deste passado no presente enquanto força política. Seguindo a linha de pensamento de Janaína Teles, por exemplo, o pensamento da Anistia como processo de pacificação é confrontado com o pensamento da mesma como um resgate de memória, como reparação histórica, sendo este último a proposta da comissão (TELES, 2005, P. 106).

A vontade de negar os acontecimentos, de esquecer os crimes cometidos pela Ditadura pode ser percebida em diversas formas de se referir aos mesmos. Não poder-se-ia deixar, por exemplo, de tocar no termo “ditabranda” do historiador Marco Antônio Villa, o qual é satisfatoriamente apontado por Pereira como um discurso problemático por conta de negacionismo e revisionismo histórico (Pereira, 2015, p.882). Ao afirmar o passado de violências e violações dos direitos humanos por conta da Ditadura como um passado “brando”, por conta dos números de mortos e desaparecidos políticos relativamente baixos quando confrontados a outras ditaduras da América Latina, Villa nega um passado o qual tem influência num presente violento, em que o ódio a tudo aquilo o que possa ser estabelecido como o “outro” continua a perambular como um fantasma, ou morto-vivo, perante nossos olhos.

“Quando vemos o Brasil como o único país sul-americano onde torturadores nunca foram julgados, onde não houve justiça de transição, onde o Exército não fez um mea culpa de seus pendoros golpistas; quando ouvimos sistematicamente elogios oficiais na ativa e na reserva fazerem elogios inacreditáveis à ditadura militar; quando lembramos que 25 anos depois do fim da ditadura convivemos com o ocultamento de cadáveres daqueles que morreram nas mãos das Forças Armadas; então começamos a ver, de maneira um pouco mais clara, o que significa exatamente “violência””. (TELES, SAFATLE. p.10. 2010)

Dessa forma, o acontecimento da Comissão Nacional da Verdade atua politicamente como a recuperação da memória de um passado sombrio a qual, além de promover justiça e alento às vítimas da Ditadura e aos seus familiares, dá forças para que a sociedade enfrente politicamente o ódio e o negacionismo presentes. A CNV é um elemento imprescindível na disputa pelo discurso e pela memória a respeito da Ditadura Civil-Militar. Os militares reformados sabem disso, mas jamais deixariam de disputar a narrativa histórica onde lhes fosse oferecida a palavra para continuar pautando-se como heróis, a favor da democracia e contra os "terroristas".

2.3 Representações das mídias hegemônicas de 2015 a 2018.

Com o fim da Comissão Nacional da Verdade, outros acontecimentos políticos tomaram o centro das publicações a respeito da Ditadura nas grandes mídias, nos anos de 2015 a 2018. Passados os 50 anos do golpe, o número de publicações foi diminuindo gradualmente nesses 4 anos. Totalizando, reunindo publicações da Folha de SP e do Estadão, pode-se contar 16 em 2015, 10 em 2016, 5 em 2017 e 7 no ano de 2018.

Os conteúdos das publicações da FSP, em 2015, foram diversos. Dentre as publicações de valência negativa, alguns foram sobre efeitos da CNV, como inclusões do assunto “ditadura” em currículos de universidade, mudanças de nomes de escola e outros estabelecimentos, retirando-lhes a homenagem a ditadores. Outros com críticas a quem defende a ditadura, ou lembrando a censura daqueles tempos, ou mesmo homenageando defensores dos direitos humanos.

Uma das publicações já apresenta um conteúdo próximo da maioria que veremos nos próximos anos analisados, ligando o antipetismo das ruas às manifestações que precederam o golpe de 1964, como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, e o resultado de repressão que acarretaram, para exemplificar atos políticos que não necessariamente favorecem os manifestantes. As duas únicas publicações de valência positiva em 2015 foram sobre a comemoração do golpe por militares reformados.

Ainda em 2015, os leitores da FSP criticaram negativamente carta publicada em anos anteriores, a qual clamou em defesa da Ditadura, ao mesmo tempo em que, no OESP, era publicada uma reportagem que falava sobre o pedido de criminalização da apologia desse tipo de regime autoritário. Assim como a FSP, o OESP também publicou sobre renomeação de escolas, censura e recapitulações históricas.

No ano de 2016, as publicações de valência negativa contêm, como em grande parte dos anos analisados, textos sobre manifestações artísticas referentes à temática da Ditadura, além de referências à censura e outros abusos cometidos por militares nesse campo. Outros, por sua vez, narram fatos históricos do período.

As declarações redigidas por um ator muito famoso e respeitado pelo grande público, Wagner Moura, chamaram a atenção como denunciador do momento histórico em que foram feitas as publicações: estava em movimento um processo de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff, apoiado por diversos setores midiáticos e pela crescente direita conservadora, “contra a corrupção” que, por muitas vezes, flertava com o passado militar. Wagner posicionou-se, desde o início, contrariamente à deposição da presidenta, afirmando que a movimentação se tratava de um golpe contra a democracia. Uma publicação, alocada como de valência neutra, mostra diversas opiniões de leitores, a favor e contra o posicionamento do ator. Não foi à toa que o sobrenome “Moura” foi citado 19 vezes pela FSP nesse período, conforme a tabela 8.

Tabela 8: Palavras mais citadas pela FSP em resultados de busca por "ditadura" nos aniversários do golpe de 1964 por valência negativa, neutra e positiva (2015-2018).

FSP	VALÊNCIA NEGATIVA		VALÊNCIA NEUTRA		VALÊNCIA POSITIVA		TOTAL	
	PALAVRA	REPETIÇÕES	PALAVRA	REPETIÇÕES	PALAVRA	REPETIÇÕES	PALAVRA	REPETIÇÕES
2015-2018	brasil	37	moura	6	clube	10	país	47
	governo	34	wagner	5	militar	8	ditadura	45
	contra	33	artigo	3	peessoas	4	brasil	40
	democracia	33	legalidade	3	ditadura	3	governo	35
	anos	32	impeachment	2	grupo	3	anos	34
	política	28	eleito	2	manifestação	3	contra	33
	golpe	27	milhões	2	favor	3	democracia	33
	militar	24	votos	2	forças	3	militar	32
	história	23	dilma	2	armadas	3	política	29
	presidente	23	ministro	2	rio	3	golpe	29
	violência	23	fazenda	2	militares	3	presidente	28
	hoje	22	nelson	2	presidente	3	história	23
	paulo	21	barbosa	2	período	3	violência	23
	peessoas	20	brasil	2	51	2	paulo	22
	reforma	20	presidente	2	anos	2	opções	21
	opções	19	brasil	2	aniversário	2	dilma	20
	vida	19	pmdb	2	reserva	2	político	20
	esquerda	19	leitores	1	parentes	2	reforma	20
político	19	comentam	1	evento	2	moura	19	

Fonte: Elaboração da autora.

Tabela 9: Palavras mais citadas pelo OESP em resultados de busca por "ditadura" nos aniversários do golpe de 1964 por valência negativa, neutra e positiva (2015-2018).

OESP	VALÊNCIA NEGATIVA		VALÊNCIA NEUTRA		VALÊNCIA POSITIVA		TOTAL	
	PALAVRA	REPETIÇÕES	PALAVRA	REPETIÇÕES	PALAVRA	REPETIÇÕES	PALAVRA	REPETIÇÕES
2015-2018	ditadura	52	são	41	são	137	são	222
	paulo	50	paulo	38	paulo	116	paulo	204
	presidente	46	dilma	32	br	53	presidente	111
	dilma	40	lula	31	pt	46	anos	109
	militar	38	br	28	presidente	44	país	98
	brasil	38	governo	26	país	42	dilma	96
	estado	36	país	23	lula	39	brasil	91
	país	33	presidente	21	brasil	35	também	90
	liberdade	33	brasil	18	governo	31	governo	87
	inauguração	32	juiz	14	ministro	30	lula	84
	ministro	30	federal	12	estado	27	br	83
	governo	30	ministro	12	todos	27	ministro	72
	grátis	30	impeachment	12	anos	27	estado	70
	teatro	29	foro	11	dilma	24	pt	68
	miriam	26	moro	11	stf	24	ditadura	56
	durante	25	políticos	11	federal	21	contra	56
	março	25	anos	11	bolsonaro	20	federal	49
	política	24	já	11	poder	19	militar	43
	pimenta	24	pt	10	justiça	17	moro	43

Fonte: Elaboração da autora.

Nas tabelas 8 e 9, constam 20 vezes as palavras “Dilma” e “reforma”, entre as publicações com a palavra “Ditadura” da Folha, enquanto o OESP citou “Dilma” 96 vezes, “Lula” 84 vezes, “PT” 68 vezes e o nome “Moro” 48 vezes. O acontecimento do golpe de 2016 e da operação Lava Jato, conduzida pelo juiz Sérgio Moro, esteve muito forte no pensamento político hegemônico nas datas das quais tratamos, não é espantoso os resultados demonstrados na tabela. A maior parte dessas repetições aparecem em publicações de valência positiva. Ou seja, foi recorrente que os discursos a favor da Ditadura, publicados nos aniversários do golpe de 1964, de 2015 a 2018, tenham também se referido ao julgamento de Lula e às condenações do PT na Lava Jato, assim como ao “impeachment” de Dilma, nos permitindo concluir a substituição de um antigo “anticomunismo” por um mais recente antipetismo no discurso hegemônico.

O ano de 2017, passado o golpe contra Dilma e durante o governo de Michel Temer, foi um ano de pouco destaque para o aniversário da ditadura, contendo 5 publicações, as quais abordam, através de conteúdos artísticos, o passado militar.

Em 2018, meses antes da eleição de Jair Bolsonaro, o mesmo aparece em reportagem de valência negativa do O Estado de S. Paulo, com um texto que aborda o processo de “rebeldia militar” que, segundo o jornal, o tornou famoso. O nome de Bolsonaro aparece 20 vezes entre as publicações de valência positiva sobre a

Ditadura do OESP no período selecionado, dessa vez como sintoma das percepções políticas daqueles que o elegem.

2.4 A crise política e a mídia.

Assim como a Comissão da Verdade foi tema central para a compreensão do discurso impresso nas mídias hegemônicas, a crise política que se instaurou no país durante a última década também o é. Portanto, cabe aqui abordar o tema com maiores delongas.

Os protestos contra o aumento do custo da passagem em 2013, os quais partiram de um movimento de cunho popular liderado pelo Movimento Passe Livre, liderança essa que lutava pelo acesso gratuito ao transporte público no Brasil, foram tomados por uma massa difusa que incluiu pautas de cunho conservador às manifestações. A mudança de tom dos protestos pode ser marcada pela saída do próprio movimento que os organizou, o MPL (Abreu e Allegretti, 2016). Paralelamente a isso, movimentos de direita fazem uso das mídias sociais para propagar discursos de ódio de cunho conservador (Lemos, 2008; Abreu e Allegretti, 2016).

Após 2014, a eleição por via democrática de Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, por uma margem pequena de diferença de seu opositor, levou a classe média conservadora de direita a um discurso de ódio antipetista ainda mais assíduo (Abreu e Allegretti, 2016). O conservadorismo da chamada direita nas redes sociais chega ao ponto de cometer romantizações a respeito do período militar (Abreu e Allegretti, 2016) e seu discurso como um todo remete a um anticomunismo típico da época da Guerra Fria (Pereira, 2015).

Passados dois anos de sua eleição, Dilma Rousseff sofre um golpe institucional apoiado massivamente pelos movimentos conservadores de direita então protestantes. Um golpe contra uma presidente eleita por vias democráticas ou a predominância do autoritarismo em um governo levam em conta, além de questões como a governabilidade para com o congresso e a boa aceitação dos eleitores, questões estruturais de organização econômica. O que dita o pensamento político burguês há décadas nos países da periferia do capitalismo é a aprovação de pautas e medidas neoliberais. Entenda-se medidas neoliberais, no contexto do golpe de 2016, como uma série de políticas econômicas que visam diminuir a ação metódica do Estado em questões sociais como a desigualdade, diminuindo políticas de inclusão

social e distribuição de renda, além de caminhar para uma menor proteção legal trabalhista em favor do mercado econômico.

Ao falar sobre neoliberalismo, Achille Mbembe explica que o início do século XXI é caracterizado pelo *ponto de fuga máximo* do capital, momento esse em que está em vigor a globalização dos mercados, assim como a crescente privatização mundial, e é patrocinado pelas *indústrias do silício* e das *tecnologias digitais*. O contexto neoliberal é marcado por intervenções militares, imperialismo, acirramento das zonas de fronteira ao redor do mundo, além de práticas de zoneamento. Neste contexto, o ser-humano, mesmo o ser-humano considerado em outro momento como o centro do mundo, é jogado para uma *humanidade supérflua*, quase plástica, não passando este de um *código-número* que coloca seu desejo no caminho do empreendimento de si, fazendo de sua vida pessoal mercadoria de troca pública por pertencimento às normas do mercado (Mbembe, 2019).

Partindo da compreensão deste contexto neoliberal de organização política no modo de produção capitalista, a mídia é um fator político importante para a disseminação do pensamento hegemônico que serve às classes dominantes e a legitimação de governos montados para servir aos interesses das mesmas, importante também para explicitar um pensamento conservador estabelecido no seio da classe média e que chega à classe trabalhadora. Para melhor compreender esta influência no Golpe de 2016, deve-se olhar para os diversos entraves políticos presentes no contexto do golpe, além de trazer à tona apontamentos pertinentes de análises do conteúdo e do discurso midiático.

Ao realizar a análise do contexto de crise política do Golpe, passa-se pelo questionamento que por algum tempo esteve presente no cenário político e aos poucos é respondido pela história: foi realmente um golpe? Conforme a análise de Michel Lowy (2016), o autoritarismo no capitalismo é mais norma do que a democracia. O autor previu o fatídico avanço da extrema direita na Europa e nos países da América Latina. Para ele, o golpe é parte de um contexto internacional de avanço neoliberal e de destituição de governos de esquerda que, na América Latina, não chegaram a enfrentar as bases do capitalismo. O governo do PT abriu concessões para a elite latifundiária e para setores reacionários da política, como os neopentecostais e os deputados ligados à política militar. O acontecimento do golpe no Brasil é um passo à frente de poderosos mergulhados em crimes muito maiores do

que pedaladas fiscais e que não estão mais dispostos ao processo burocrático das concessões, sendo esse comportamento uma característica histórica do país. Lowy expõe claramente o caráter tragicômico de um golpe orquestrado por parlamentares corruptos:

“Citando Hegel, Marx escreveu no 18 de brumário de Luís Bonaparte: os acontecimentos históricos se repetem duas vezes: primeiro como tragédia, segundo como farsa. Isso se aplica perfeitamente ao Brasil. O golpe de Estado de abril de 1964 foi uma tragédia que mergulhou o Brasil em vinte anos de ditadura militar, com centenas de mortos e milhares de torturados. O golpe de Estado parlamentar de 2016 é uma farsa, um caso tragicômico, em que se vê uma cambada de parlamentares reacionários e notoriamente corruptos derrubar uma presidente democraticamente eleita por 54 milhões de brasileiros, em nome de "irregularidades contábeis".” (Lowy, 2016, p. 64 e 65)

Armando Boito Jr compreende o contexto de crise política como um momento histórico de oposição entre a direita neoliberal e a esquerda neodesenvolvimentista. O golpe seria a destituição da política neodesenvolvimentista desenvolvida pelos governos do PT a partir dos anos 2000, aliada à burguesia interna, sem abrir mão da internacionalização que foi crescente nela própria. Essa política teria a característica de distribuição de renda, sem abrir mão de pautas neoliberais. A desaceleração do crescimento econômico no Brasil, o qual esteve abaixo de zero em 2011 e 2012, abriu espaço para a mobilização da direita. As pautas neoliberais, como privatizações para atender o mercado internacional, o ajuste fiscal para o pagamento dos juros da dívida pública e as reformas trabalhistas, segundo Boito Jr, são os principais motivos para o golpe. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), que nos governos petistas recebeu intervenção estatal para estimular crescimento, foi a favor do golpe em 2016. A fração superior da classe média também teve seu papel nas ruas, influenciada pela ideologia burguesa (BOITO JUNIOR, 2016, p. 23-27).

Além disso, em texto posterior, Boito Jr faz uma observação interessante sobre os setores da burguesia brasileira, com características muito próprias do capitalismo dependente, interessados no golpe neoliberal:

“A fração da burguesia brasileira integrada como sócia menor ou dependente do capital internacional engloba as casas de importação de veículos, de confecções, de alimentos, bebidas e tantos outros produtos; os fornecedores de componentes para as empresas estrangeiras aqui instaladas –como a indústria de autopeças –; os

capitalistas nacionais que são sócios minoritários em empreendimentos com o capital forâneo. É o bloco voltado para fora, o mais interessado –embora não seja sempre o único–na abertura da economia, na redução do papel do Estado, na privatização, na política monetarista mais rígida e no definhamento do BNDES, enfim, no programa neoliberal puro e duro aplicado na década de 1990.” (BOITO JUNIOR, 2016, p.2)

É importante ressaltar que essa análise caminha para um âmbito mais interessante do que o apontamento de que as massas protestantes de 2013 seriam responsáveis pela crise política, demonstrando um plano de fundo que leva em conta de maneira mais clara os interesses econômicos presentes no jogo.

A respeito das Jornadas de Junho como elemento crucial para o contexto da crise política em meio ao avanço neoliberal supracitado, sabe-se que elas começaram como protestos contra o aumento da passagem, liderados pelo Movimento Passe Livre (MPL), transfigurando-se posteriormente em atos com a presença de elementos conservadores e autoritários atribuídos à classe média. Assume-se que esta última teria ganhado as ruas a partir de uma mudança de posição das grandes mídias causada em grande parte pela desaprovação da repressão policial exacerbada pelo senso comum. A partir desse momento, foram relatados casos de ódio a partidos políticos e ataques aos seus simbolismos por parte de manifestantes.

Segundo Marilena Chauí, as mudanças sociais decorrentes dos anos do Partido dos Trabalhadores no poder, juntamente do avanço do neoliberalismo, levaram ao surgimento de uma nova classe trabalhadora no Brasil. Dados do Ipea apontam para um crescimento significativo da chamada classe C, além do crescimento também da classe A e B e de uma diminuição das classes D e E. Para a autora, isso abre espaço para a compreensão de uma nova classe média no país que pode ser equivocada conforme as mudanças no capitalismo: o que existia como profissão liberal agora atua como trabalho assalariado; a superação do modelo fordista abre espaço para a terceirização do trabalho industrial e para a fragmentação da produção em empresas “autônomas”, mas com trabalho precarizado e dependente; o aumento do grau de escolaridade caminha ao lado do ensino tecnicista que capacita o estudante para a vida do trabalho; e a ciência atua como força produtiva, sendo voltada para o mercado. Apesar do aumento da capacidade aquisitiva e da

possibilidade de acessar espaços que não alcançava antes graças às políticas do PT, a nova classe que surge é trabalhadora e não média, conforme seu lugar no espaço produtivo (Chauí, 2016, p. 16-21).

Ainda segundo a autora, a nova classe trabalhadora ainda não está bem definida politicamente, podendo ser influenciada pela errônea ideia de que é parte da classe média, assumindo sua postura conservadora e individualista. Para Chauí:

“Visto que a nova classe trabalhadora brasileira se constituiu no interior do momento neoliberal do capitalismo, nada impede que, não tendo ainda criado formas de organização e de expressão pública, ela se tome propensa a aderir ao individualismo competitivo e agressivo difundido pela classe média. Ou seja, que ela possa aderir ao modo de de aparecer do social como conjunto heterogêneo de indivíduos e interesses particulares em competição. E ela própria é levada a acreditar que faz parte de uma nova classe média brasileira.” (Chauí, 2016, p.20)

Aproveito a deixa de Marilena Chauí para apontar a presença da classe média, juntamente da nova classe trabalhadora descontente em junho de 2013, e o modo de pensar que assimila, para corroborar com a autora supracitada, como elemento central para o conservadorismo nas manifestações. Dessa forma, vimos acontecer também uma manifestação às avessas da nova classe trabalhadora, própria de um capitalismo avançado (corroborando aqui com a ideia de um indivíduo plastificado, empreendedor de si no atual estágio do capitalismo, o neoliberalismo, supracitada conforme Achille Mbembe) no qual a identificação de classe se torna mais nebulosa e é crescente descrença nas instituições democráticas tradicionais. O momento histórico, que poderia ser de conquista da esquerda pelo descontentamento popular, acaba por abrir espaço para um avanço estratégico da direita.

Quanto ao ódio a partidos nas jornadas de 2013, deve-se também levar em conta separadamente a presença os movimentos autonomistas, muitos formados por jovens estudantes e trabalhadores com autointitulados anarquistas, que também compuseram o corpo das manifestações.

Seguindo as perdas de disputa da esquerda para a direita no campo da insatisfação política e econômica, a onda de conservadorismo e descrença nas instituições democráticas, vemos a classe média e parte da nova classe trabalhadora novamente nas ruas à favor do golpe contra Dilma, em 2016.

As manifestações pelo impeachment em 2016 tiveram grande influência midiática, assim como todo o processo de crise política. Mas, se denuncia-se a parcialidade da mídia no golpe, deve-se também refletir o porquê de a mídia ter continuado “à venda”, já que, mesmo durante os governos de esquerda, a propriedade da mídia no Brasil continuou concentrada.

Ainda que a constituição de 1988 estivesse preocupada com a limitação da privatização da mídia e sua socialização, vendo a liberdade de expressão como elemento necessário à democracia, na prática o que vemos é a falta de regulamentação desse dispositivo, que é dificilmente modificada pelos *lobbies* no congresso, ou mesmo porque os próprios representantes são também os proprietários das grandes mídias. A propriedade cruzada permite a criação de conglomerados midiáticos que controlam praticamente toda a produção midiática nacional. Dessa forma, o número de famílias que comandam as informações que circulam nas casas de milhões de brasileiros todos os dias consiste em número extremamente reduzido (Codeço e Rodrigues, 2013, p.116 e 117).

“ Mas, se no mundo ideal da Constituição o monopólio e o oligopólio privado das comunicações é proibido, no mundo real sabemos que a sociedade e o mercado não funcionam dessa forma. A completa falta de regulamentação deste dispositivo constitucional permite que ainda hoje pouquíssimas empresas e famílias sejam responsáveis por praticamente tudo o que se lê nos jornais e revistas, ouve nas rádios ou assiste na televisão.” (Codeço e Rodrigues, 2013, p.116)

Os governos Lula e Dilma não foram capazes de subverter a concentração midiática no Brasil (Biroli, 2017). Tenha sido por falta de mobilidade por suas coalizões, tenha sido por falta de interesse em algum momento do jogo, tenha sido por falta de força política. O fato é que os governos de esquerda não conseguiram

desarmar um elemento que foi primordial para a sua queda e para a maior conquista de campos conservadores no imaginário popular.

A parcialidade e o histórico de valores não democráticos são elementos históricos da atuação das mídias hegemônicas brasileiras. Há apenas 30 anos antes do golpe, findou-se um processo ditatorial civil-militar que durou 20 anos, em um contexto ditatorial que afligiu os países Latino-Americanos no geral, sendo durante esses anos todos em que esteve ativo acobertado pelos grandes conglomerados midiático e tendo censurado os meios de alternativos de comunicação. Pretendendo analisar os efeitos devastadores que o acontecimento da Ditadura teve no pensamento hegemônico através dos meios de comunicação, coloca-se o seguinte questionamento: se falar da mídia é falar da trinca mídia-política-capital (Biroli, 2017), e não houve reforma suficiente para democratizar o processo de circulação da mídia, como um golpe apoiado pelo poder hegemônico pode ser novidade no caso de 2016?

“Se a construção da hegemonia depende, como detalhou o filósofo italiano Antonio Gramsci, da combinação entre coerção, portanto uso da força, e consenso, era - e tem sido- fundamental produzir sentidos comuns sobre os fatos e, inclusive, acerca das possíveis saídas que deveriam ser adotadas. Isso foi feito através de enquadramentos favoráveis aos protestos em defesa do impeachment; exclusão do contraditório da cobertura jornalística dos principais veículos de comunicação; repetição incessante de argumentos e outros mecanismos de manipulação.” (Martins, 2016)

Para explicar em miúdos a relação entre a mídia, as manifestações e o golpe de 2016, Martins recapitula historicamente alguns ocorridos midiáticos durante e após o período de redemocratização: em 1982 o Escândalo Proconsult, acobertado pela Rede Globo nas eleições de Brizola em vista de eleger o candidato apoiado pelos militares; em 1984 a Rede Globo apresentou o maior comício das "Diretas Já!" como comemoração do aniversário de São Paulo; em 1989 a Rede Globo reduziu o espaço de debate de Lula contra Collor para apoiar o candidato que mais tarde sofreu o impeachment; nos anos 1990, a complacência da grande mídia para com as medidas neoliberais e entreguistas como as privatizações de FHC (Martins, 2016).

Até 2005, as grandes mídias apresentaram uma melhor convivência com o pluripartidarismo, mas houve uma grande modificação das menções ao PT a partir de 2005, após o chamado “escândalo do Mensalão” (Martins, 2016; Biroli, 2017; Girelli, 2018).

A crise financeira de caráter mundial de 2008 também contribuiu para as críticas da mídia em relação aos governos petistas. Enquanto, paralelamente a isso, acontecia um avanço do reacionarismo moral e de agentes da redução dos direitos sociais no jogo político. É o caso das Igrejas em relação aos direitos reprodutivos (Biroli, 2017).

A narrativa perante os governos do PT passa a ser homogênea por parte da mídia. Temas como a corrupção, a crise econômica, e a falta de apoio de Dilma Rousseff a partir de 2014 no congresso viraram temas frequentemente reproduzidos. Em contrapartida, o que não esteve em debate conforme deveria foram as aprovações de medidas [neoliberais] contra o trabalhador: reforma da previdência, reforma do ensino médio, concessões ambientais (Biroli, 2017), ainda que esses temas tenham sido largamente levantados nas ruas e pelos movimentos estudantis, com ocupações de escolas e Universidades Federais em 2015 e 2016.

Ainda no período pós-eleitoral de 2014 e 2015, a imprensa cobriu uma espécie de 3º turno do candidato à presidência Senador Aécio Neves, sendo que este não aceitou o resultado das urnas, pedindo a recontagem dos votos e a deposição da presidente para assumir o poder (Oliveira, 2016)

Chegando ao momento do golpe, percebe-se uma cobertura tendenciosa das manifestações pró e a favor do impeachment. Na Rede Globo, na Folha de São Paulo, no Estadão, houve muito maior destaque para as manifestações contra Dilma do que para as manifestações em favor da democracia (Martins, 2016;Oliveira, 2016).

No pós-golpe, o programa eleitoral de Temer foi aprovado e anunciado pela imprensa hegemônica com tom de oficialidade. É importante lembrar como a Pec 55, que congela os gastos públicos por 20 anos, teve pouco destaque em meio a uma tragédia de avião que levou a óbito funcionários e jogadores do time recém chegado à primeira divisão do campeonato brasileiro de futebol, o Chapecoense.

Manifestações contrárias à sua aprovação foram tidas como vandalismo (Martins, 2016).

Visto isso, cabe aqui claramente adentrar em parte da larga bibliografia que aproxima a atuação midiática hegemônica no Brasil no golpe de 2016 da ocorrida no golpe militar de 1964, sendo ambas muito importantes para o processo de consolidação e efetivação dos mesmos.

Quando pensamos na atuação da mídia, sabemos que houve um crescimento significativo do discurso anticomunista na Folha de São Paulo a partir de 1963. Enquanto em 1964 o vocabulário golpista utilizava termos como “comunistas”, “subversivos” e “terroristas”; em 2016 os termos “petistas” e “mensaleiros” utilizados pelas grandes mídias assumiram um papel relevante para a legitimação do golpe (Girelli, 2018). O ataque à corrupção também é um elemento que une os discursos golpistas de 1964 e 2016 (Biroli, 2017).

A submissão da imprensa levou o discurso anticorrupção à posição de elemento facilitador dos golpes e usurpador do real contexto político para o pensamento hegemônico. Segundo Lowy, houve, na realidade, como elemento comum entre os golpes de 1964 e 2016, um ódio da elite pela democracia (Lowy, 2016). Aliás, os discursos de ódio não são pouco comuns durante as manifestações a favor do golpe de 2016 (Biroli, 2017). Discursos de ódio estes racistas, classistas e sexistas (Girelli, 2018). Lowy cita em seu texto o então deputado Bolsonaro e sua “empolgada” participação na votação do impeachment, dedicada ao torturador da ditadura militar coronel Brilhante Ustra, mesmo sem saber ainda da sua atual eleição como Presidente da República.

Para ressaltar a característica racista, elitista e misógina do golpe, citarei uma passagem que, depois de denunciar a boa avaliação do governo Temer por parte da FSP, discute o pronunciamento feito por Bolsonaro no aniversário de um ano do golpe, onde discursou de maneira racista e misógina ao mesmo tempo:

“No mesmo início desse abril, o Hitler brasileiro fez confissão pública no Rio de Janeiro. Ao discursar para judeus, felizes e risonhos, ele disse que havia conhecido um quilombo: —” O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador eles servem mais”. Além da linguagem chula, desumanizadora das comunidades negras, o sujeito pós-humano ao proclamar o regime da pós-verdade, que também agrediu a gramática, ainda prometeu, caso seja eleito presidente da República, em 2018, que pretende acabar com —as reservas indígenas e comunidades quilombolas. Mas isso não foi tudo: disse que sua filha veio ao mundo

apenas porque, como macho, —havia dado uma fraquejada.” Não vale a pena fulanizar essas coisas ditas por que as coisas feitas no Brasil do tempo presente, pós-golpe, exigem que se pense a política no contexto da —história pública. Afinal, aprendemos com as teorias feministas que o privado é público e o pessoal é político. As questões que inspiram esse trabalho são devedoras dessas leituras e buscam explicitar os epifenômenos do golpe: o racismo de classe, a misoginia e o desprezo aos direitos humanos.” (Flores, p.1-2. 2017)

Os estudiosos Thiago Moreira da Silva e Rodrigo Lentz publicaram um artigo em 2018 na Revista Nexo aproximando a percepção do senso comum que, ao mesmo tempo que é antipetista, recupera o ódio histórico ao anticomunismo, passando este último pelos anos 1930, pelo golpe de 1964 e chegando ao golpe de 2016.

Exemplos disso são os discursos parlamentares que favoreciam o impeachment de Dilma Rousseff pautados por uma possível ameaça comunista, slogans como “a nossa bandeira jamais será vermelha” e um suposto plano de integração de países sul-americanos com regimes à esquerda, a Ursal, realizado pelo Foro de São Paulo. (MOREIRA, LENTZ, 2018)

Analisando dados retirados do livro de Rodrigo Patto Sá Motta, “Em guarda contra o ‘perigo vermelho’: o anticomunismo no Brasil (1919-1964)”, de 2002, o artigo demonstra que conforme os entrevistados pelo Barômetro das Américas (LAPOP) em 2017, 50% eram contra petistas e 57% se posicionaram contra comunistas. Além disso, conforme os dados, “a rejeição aos comunistas aumenta em 30% a reprovação dos petistas” (MOREIRA, LENTZ, 2018).

As imagens sedimentadas durante anos a fio podem reforçar estereótipos e guiar o comportamento político dos cidadãos. Vimos, portanto, que uma imagem criada no início do século passado segue viva nas percepções da maioria dos cidadãos brasileiros, influenciando os discursos políticos e a aprovação do partido mais (im)popular do Brasil. É muito provável, portanto, que estejamos no tubo de uma terceira grande onda anticomunista brasileira, associada ao antipetismo, iniciada nas eleições de 1989 e atingindo, nas eleições de 2018, seu cume. (MOREIRA, LENTZ, 2018)

3. Conclusão.

O objetivo principal do trabalho aqui apresentado foi, desde o início, perceber as mudanças dos discursos das mídias hegemônicas a respeito da Ditadura civil-militar que tomou posse do país no ano de 1964 e perdurou por mais 20 anos no poder. Ora, em termos materialistas, não podemos capturar o movimento histórico como algo estático e seria esta uma tarefa impossível de se cumprir. Mas, se as grandes mídias são parte de um todo hegemônico que consiste em um modo de vida, pode-se utilizá-las para observar, ainda que de maneira parcial, isso que é o movimento histórico, isso que é a prática.

Os resultados que se podem observar sobre esse movimento, através do recorte temporal escolhido, assim como dos documentos selecionados, é uma comprovação da relevância de certos assuntos previamente considerados, os quais ditaram os debates e os termos utilizados hegemonicamente para tratar da ditadura civil-militar. Dentre os debates públicos mais abordados e com maior relevância para a ideia hegemônica do que foi a Ditadura, estão o acontecimento da Comissão da Verdade e a crise política, tendo esta última momentos como as Jornadas de Junho, a Operação Lava Jato, o golpe contra Dilma e a eleição de Bolsonaro.

Tais resultados possuem como comprovação os conteúdos das publicações, abordados no capítulo de análise dos anos de 2011 a 2018, tendo os mesmos demonstrado a importância que a Comissão Nacional da Verdade teve para a restauração da memória daqueles que foram duramente punidos por se oporem contra a Ditadura e também de seus familiares, ainda que não se possa julgar penalmente os militares que cometeram todos os tipos excessos contra os direitos humanos, civis e sociais por conta da lei da anistia, fato esse que também veio ao centro do debate através da CNV, principalmente durante os anos de 2011 a 2014. Quem acompanha as grandes mídias percebeu que o acontecimento da Comissão da Verdade mostrou, também, uma veia latente de conservadorismo e obscurantismo no Brasil, a qual nunca desistiu de seu discurso, e que fazia seu caminho para a ascensão política.

Durante os 50 anos do golpe de 1964, em 2014, a análise das publicações da Folha de São Paulo e do Estadão demonstraram uma força de combate gigantesca ao obscurantismo que se impõe, mostrando também que a opinião hegemônica dentro da democracia ainda é daqueles que rejeitam a ditadura.

Ainda assim, a crise política e o crescente ganho de espaço da direita tomaram as páginas das publicações das grandes mídias de 2015 a 2018. Os conservadores, repletos de ideologia burguesa, no sentido mais marxiano do termo, mostraram como a democracia liberal pode ter uma vertente extremamente autoritária, contrariando a vontade do povo e falseando a verdade até deter em suas mãos o poder do pensamento hegemônico. O neoliberalismo mostra sua face política, de extermínio e fome. As páginas dos jornais acompanham e são prova desse movimento, tal como analisado no capítulo anterior.

Em 2018, após o período de recorte abordado aqui, o antipetismo e o conservadorismo fazem eleger, por vias democráticas, um dos maiores nomes, segundo esta pesquisa, em defesa da Ditadura: Jair Bolsonaro. A eleição deste nome, entre outras coisas, nos mostra o caminho que levou a ascensão da Direita e da face mais dura do capitalismo, mas está muito longe de determinar os rumos do debate político posterior a ela. O debate continua existindo e sempre em disputa.

Referências Bibliográficas

ABREU, J. M.; ALLEGRETTI, G. Comportamento político violento e avanço global da direita: uma análise do caso brasileiro. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*, Uberlândia, v. 6, n. 2, 2016. p. 88 a 121.

BAUER, C. S. Usos do passado e temporalidades: um estudo sobre os debates em torno da Comissão Nacional da Verdade (Brasil, 2008-2014). *Anais do II Seminário Internacional História do Tempo Presente*, 13 a 15 de outubro de 2014, Florianópolis, SC Programa de Pós- Graduação em História (PPGH), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução: RETA, Luís Antero e PINHEIRO, Luís Antero. Edições 70. 1977.

BIROLI, F. A mídia, a crise e o golpe. *Revista Dialética*, Salvador, v.8, ano 7, mar. 2017, p. 30-34.

BIROLI, F. Representações do golpe de 1964 e da ditadura na mídia: sentidos e silenciamentos na atribuição de papéis à imprensa, 1984-2004. *VARIA HISTÓRIA*, Belo Horizonte, vol. 25, nº 41. jan/jun 2009. p.269-291.

CHAUÍ, M. A nova classe trabalhadora e a ascensão do conservadorismo. In: SINGER, A. [et. al]. *Por que gritamos golpe?: Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

CODEÇO; RODRIGUES. A Constituição de 1988 e a comunicação: a história de um processo inacabado de regulamentação. *Revista Mosaico – Volume 4 – Número 7 – 2013*.

COMPARATO, F. K. *Fundamento dos Direitos Humanos*. Texto disponível em www.iea.usp.br/artigos.

Relatório da Comissão Nacional da Verdade: Volume 1, 2014, p.21 e 22.
Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>

FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, 2004, p.29-60.

FLORES, E. C. *Brasil, presente: política, ódio de classe e golpe racializado (2012-2017)*. II Encontro Nacional de História Política. *Brasil, presente: política, ódio de classe e golpe radicalizado (2012-2017)*. 2017.

FONSECA, F. *Liberalismo Autoritário: discurso liberal e práxis autoritária na imprensa brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2011.

GIRELLI, L. Mídia e clima político: uma análise comparativa da atuação midiática nos golpes de 1964 e 2016 no Brasil. *Revista Sociais e Humanas - Vol 31/No 2 – 2018*.

HALL, S. "Codificação e Decodificação", In: Da Diáspora. Organização: 2013, p. 365-381.

LEMOS, A. Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea. 4 ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.

LOWY, M. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: SINGER, A. [et. al]. Por que gritamos golpe?: Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

MARTINS, Helena. Na sintonia do golpe: o papel da mídia na crise política. Em: Observatório do Direito à Comunicação. Set.2016.

MARX, K. Grundrisse : manuscritos econômicos de 1857-1858 : esboços da crítica da economia política, Tradução: Mario Duayer, Nélio Schneider (colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman). – São Paulo : Boitempo ; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MORAES, R. Análise de conteúdo. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, 1999, p. 7-32.

MOREIRA; LENTZ. O antipetismo como herança do anticomunismo. NEXO. (2018) Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2018/O-antipetismo-como-heran%C3%A7a-do-anticomunismo>>.Último acesso em 12/08/2021.

MOTTA, R. P. Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. Topoi, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 62-85 | www.revistatopoi.org

NAPOLITANO, M. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985) Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 43, n. 2, maio-ago. 2017. p. 346-366.

OLIVEIRA, H. M. G. de. A construção do impeachment de Dilma Rousseff pela mídia brasileira comercial na cobertura das manifestações de rua. 6.o Encontro Regional Sul de História da Mídia. 15 a 17 de julho de 2016.

PEREIRA, M. H. de F. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade. Varia Historia, Belo Horizonte, vol. 31, n. 57. P.866 a 902.

PINTO, S. R. Direito à memória e à verdade: comissões da verdade na América Latina. Revista Debates, Porto Alegre, v.4, n.1, jan.-jun. 2010, p. 128-143.

SILVA, M. Os militares e as representações acerca da ditadura militar (1964-85). Religación. Revista de Ciencias Sociales y Humanidades, 4, Diciembre. 2016. p. 127-140.

TELLES, E. A Construção em Abismo da História. Disponível em:
<https://blogdaboitempo.com.br/2015/03/18/a-construcao-em-abismo-da-historia/>.
2014.

TELES, E. Os discursos bélico e dos direitos humanos e a violência institucional no Brasil. *Socied. em Deb. (Pelotas)*, v.25, n.2, p.45-58, maio/ago. 2019.

TELES, E. SAFATLE, V. O que resta da ditadura: a exceção brasileira / Edson Teles e Vladimir Safatle (Orgs.). - São Paulo : Boitempo, 2010.

TELES, J. de A. Os herdeiros da memória: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. (Dissertação de Mestrado em História Social, São Paulo, Departamento de História/FFLCH, USP, 2005), p. 106.

WILLIAMS, R. *Cultura e Materialismo*/Raymond Williams; tradução André Glases. - São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 43-69.